

O Amazonas já teve

Já são passados alguns anos da extinção da Secretaria de Planejamento e de seu então suporte técnico, a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas – CODEAMA, que, tempos antes da extinção, já se havia transformado em Centro de Desenvolvimento e Pesquisa do Estado e manteve a sigla que caracterizou esse organismo junto à sociedade. O primeiro governo de Eduardo Braga identificou a imprescindível restauração desse formal Instituto para o equilíbrio e melhor rendimento da estrutura administrativa. Na verdade, visualizou o descompasso entre a evolução social e a estrutura da gestão estadual para uma eficiente governança.

Nesse lapso de tempo – extinção e restabelecimento – a indústria modernizou-se, incorporou novos bens e automatizou processos e tecnologia da informação em suas operacionalidades. Evoluiu também o comércio, que assimilou a complexidade relacional de novos produtos e modernas formas transacionais e ofereceu também melhor e diferenciado atendimento ao consumidor, para os quais a Capital do Estado ganhou a sofisticação dos *shoppings*. Com tudo isso, a sociedade experimentou acréscimo de bem-estar, graças à existência do PIM. Todavia e do mesmo modo, surgiram novas necessidades e anseios, aos quais se acrescentou o extraordinário crescimento da população, principalmente no contingente dos despossuídos, responsável por demandas até então não consideradas nas ações de governo.

Decisões de cunho inteiramente pessoal afloraram nesse contexto, sem respaldo quanto ao real sentido de atendimento àquela nova conjuntura e que, historicamente, caracterizou racionalidade em despender recursos da gleba, para atingir fins perseguidos e definidos com objetividade. A administração pública voltou ao passado distante, quando o suserano, representante direto do povo e de Deus, era o único a ter o saber e o conhecimento do que deveria acontecer daí em diante, sob sua responsabilidade e onisciência, em sonho de ascese mística.

Foram não menos que vinte anos de desperdício na linha da previsão ordenada, organizada e orientada pela consciência humana a fim de prover necessidades sentidas. Perderam-se os arranjos institucionais já efetivados, ao mesmo tempo em que se aprovavam e misturavam mecanismos sem a devida e necessária *compliance*. Desprezou-se a técnica da visão macroeconômica, com o seu sentido multiplicador do crescimento, para aperfeiçoar a força do avanço, demonstrada no todo de procedimentos com consequências sociais. Esvaziaram-se perspectivas favoráveis à manutenção de um grupo de excelência para vislumbrar e programar dias melhores no porvir. Assim, com o planejamento ignorado, todas as informações trabalhadas, importantes registros e dados perderam significação e, com eles, o acervo da memória técnica, rico patrimônio imaterial do Estado, de forma que se consumou um episódio desconcertante para a Academia Amazonense.

A antevisão programática vive, hoje, o recomeçar, que não se conclui rapidamente, visto requerer um prazo mais longo para consolidar-se. Rearrumbam-se os organismos e criam-se novas instituições. Abre-se o denominado “choque de gestão”, caminha-se bem para a certificação dos órgãos

gestores, adota-se o Plano Plurianual (PPA), - com consulta pública -, programa-se a Zona Franca Verde, ótima medida de elevado alcance para o Interior do Estado. Todavia essas decisões ainda isoladas sofrem do não atendimento ao ritual exigido para efetivamente compor o que se denomina de **planejamento**, cuja execução se processa em várias etapas e inicia por um diagnóstico; segue-se o prognóstico - observa-se a tendência indicada pelo conjunto de dados reunidos e analisados e a avaliação das forças positivas e negativas -; a definição de objetivos, ações e metas, estratégias a serem seguidas quanto a estas últimas e, por fim, a especificação do orçamento a subsidiar a consecução dos objetivos a serem alcançados, tudo isso garantido por um cronograma físico-financeiro, responsável por equalizar o tempo conveniente à realização desejada. Consequentemente, vêm sendo praticadas listas de intenções como orientadoras dos procedimentos a serem feitos e cujo ponto positivo é o início do processo correto, que deverá ser aprofundado, principalmente com ações voltadas para o Interior do Estado.

Os indicadores mais recentes mostram que o Interior participa com 49% da população, embora com apenas 5% da geração de riqueza. Essa economia do Interior, responsável, no passado, pela quase totalidade do PIB estadual, - época da borracha - vive hoje combatida. Houve um verdadeiro esgotamento de seu dinamismo em face da inexistência de um fechamento de novas possibilidades de gerar riquezas. Para o Interior, haverão de ser atrelados produtos de alto valor unitário e baixo peso específico, posto que é muito difícil pensar nesse Interior que não comporta investimentos significativos, quando se considera retorno econômico e um patamar estimulador de lucratividade. Ainda não foi estudada uma logística com novos meios de transporte, capazes de cobrir as distâncias interioranas para atingir os mercados com os produtos, ora em exploração. E mais, há ausência de infra-estrutura adequada aos novos processos produtivos e de atendimento às condições de higiene, sanidade de produtos e exigências bem mais requintadas dos consumidores. Além disso, o planejamento para o Interior do Estado deve estimular a formação de tecnólogos e o treinamento prático para as pessoas inclusas nas profissões tradicionais - carpinteiro, pedreiro, mestre de obras, mecânico e outras mais, - com vistas a melhorar o desempenho dessas atividades em todos os municípios, que se revelam extremamente carentes nesses ofícios. E não se poderá relegar a cobertura para tudo isso: o incentivo e o apoio financeiro ao empreendedorismo.